

O emprego das mulheres e as estruturas de apoio às crianças

Sandra Duarte

ÍNDICE

Introdução.....	2
1- Mudanças na Estruturas da Família	
1.1 – A Família.....	3
1.2 – A Criança.....	5
2 – Mudança do papel das mulheres na sociedade.....	6
3 – Escola infantil como serviço social.....	8
3.1 – Finalidade dos serviços de atendimento à criança.....	9
Considerações	
Finais.....	12
BIBLIOGRAFIA	
ANEXOS	

Introdução

A estrutura familiar e a educação das crianças encontra-se em rápida e profundas transformações nos meios sociais actuais. É de salientar a tendência generalizada para a nuclearização das famílias e para a diminuição do número de filhos por agregado familiar. É notória a influência da educação na vida da criança através do alargamento e difusão da educação.

É necessário reforçar o entendimento das mudanças sociais na modernidade: identificar os processos de mudança, nomeadamente no que se refere ao mercado de trabalho; famílias e formas de socialização primária; mudanças de papéis. Tudo isto, são condições necessárias ao entendimento das dinâmicas sociais modernas.

Através deste trabalho, pretende-se analisar a forma como as mulheres organizam práticas e elaboram representações, desempenham diferentes papéis sociais e constroem identidades sociais consoante a geração a que pertencem as inserções familiares que possuem, a relação que estabelecem com o mundo de trabalho, a estrutura dos papéis desempenhados pelas mulheres nomeadamente, a nível do seu desempenho na família, práticas profissionais e outros. Em consequência destas mudanças sociais há uma crescente necessidade de criação de estruturas sociais de apoio à família que possibilitem à mulher a conjugação da sua vida profissional e familiar.

Vamos analisar a questão do ponto de vista das famílias, visto que a educação de infância é essencialmente um serviço à família.

1. Mudanças nas estruturas da família

1.1 - Família

Nas sociedades urbanas, onde vive 80% da população actual, a família é, nos primeiros anos de vida das crianças, o seu primeiro e principal grupo de referência. Daí o seu importante papel no processo de desenvolvimento e socialização das crianças. A família e os seus membros não só servem de modelo de comportamento, como também são os que marcam os padrões de relação e configuram a primeira visão do mundo para a criança. De facto, muito frequentemente, as características da sua evolução posterior na escola, nas relações sociais e afectivas, inclusivamente na sua vida com adultos, explicam-se

pelas vivências familiares e pelo sentido da relação estabelecida, sobretudo com os pais.

À medida que foi aumentando o sector social denominado classe média, esta tipologia converteu-se numa das mais dominantes. O facto de se sentir companheiro e amigo dos filhos é importante e os pais passam o seu tempo jogando com eles e acomodando-se às suas necessidades. Em certas ocasiões, a distribuição da habitação (espaço) adapta-se para girar em torno da criança, nomeadamente o caso das famílias centradas na criança.

Ambiente de Educação que possibilita o desenvolvimento dos aspectos pessoais dos indivíduos, sem esquecer que vivem num meio social com uma série de requisitos, limitações e normas¹.

A família é considerada como principal contexto educativo ou promotor de desenvolvimento humano, ou seja, é o núcleo crucial onde ocorre o desenvolvimento da criança. A função primária da família reside em “educar” e “criar” as crianças².

Quando as circunstâncias em que a família se insere e o modo de vida que geram afectam as relações de confiança e de segurança emocional entre os membros da família, quando se torna difícil para os pais criarem e educarem os filhos, gozarem em plenitude a sua paternidade, quando não existe apoio ou reconhecimento do mundo exterior pelo papel dos pais, quando o tempo gasto com a criança e a família significa limitações na progressão da carreira profissional, limitações na realização profissional, sentimentos de culpabilidade ou inexistência de paz de espírito, então o desenvolvimento da criança é afectado, ou seja, são afectados não apenas a dimensão afectivo-motivacionais mas também, cognitiva e social³. Podemos afirmar, que o estabelecimento de uma relação afectiva positiva com alguém é algo que é requerido, indispensável para que as crianças se desenvolvam intelectual, emocional, motivacional, socialmente, moral e fisicamente. Um dos principais factores indutores de satisfação na mulher-mãe-trabalhadora tem a ver com a alternativa conseguida ao nível dos cuidados a dispensar à criança enquanto a mãe trabalha. Se esta não tem confiança nos cuidados alternativos, se não tem a certeza que o seu filho é bem tratado e está feliz, ela não consegue concentrar-se no seu trabalho, torna-se fundamental a qualidade dos cuidados alternativos a prestar à criança⁴.

Não será fácil compreender a mudança na família se não se perceberem as alterações produzidas na sociedade global. O mundo contemporâneo é cenário de rápidas e profundas transformações que atingem os domínios da economia, da ciência, da tecnologia, das relações sociais, das representações, dos valores e das normas, com uma dimensão cada vez mais global. As dinâmicas familiares são, de facto, função de transformações mais amplas que ocorrem na sociedade global.

A mentalidade, as representações, os valores e as normas relativas à família, em acelerada mudança encontram-se em confronto com a manutenção de práticas sociais, nomeadamente o lugar que ocupa a instituição familiar na própria estruturação da sociedade numa época de recomposição das sociabilidades, a família como elemento fundamental da sociedade, como “célula base” da vida social.

¹ “Programa de Formação de Educadores”, Psicologia Infantil e Juvenil, Vol. II – A segunda infância, Liarte Editora.

² PORTUGAL, Gabriela, “Família: em que medida é responsável pelo desenvolvimento da criança”, in revista ESES nº2 1990.

³ BRONFENBRENNER, U, “The origins of alienation”, Scientifica American, 1974.

⁴ PORTUGAL, Gabriela, “Considerações acerca do Alargamento da Formação Inicial dos Educadores de Infância a nível da Creche”, A Ciência Psicológica nos Sistemas de Formação, Secção de Psicologia da Educação, Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, in Actas Colóquio Nacional, 1998.

A família nuclear será uma resposta directa ao individualismo moderno⁵.

1.2 - A criança

Como afirma Gaston Miliaret “o século XX, será o século da criança”⁶.

Existindo melhores condições de vida, cada vez é dada uma maior atenção às crianças, sendo maiores as expectativas em relação ao seu futuro e ganhando a escola uma maior importância, como meio de ascensão social. Em consequência da evolução dos estudos da psicologia e sociologia, passa a ser cada vez mais valorizada a importância da educação das crianças mais pequenas. Por outro lado, a preocupação com as altas taxas de insucesso escolar veio também contribuir para a valorização do papel da educação de infância na preparação precoce das crianças”⁷.

A educação de infância passa a ser cada vez mais valorizada como forma de superar as carências do meio familiar.

Qualquer criança necessita fundamentalmente de atenção às suas necessidades físicas e psicológicas, uma relação com alguém em quem tenha confiança, que proporcione um ambiente seguro, saudável e adequado ao seu nível de desenvolvimento, oportunidades para interagir com outras crianças e liberdade para explorar os seus sentidos⁸.

Como refere Isabel Lopes da Silva, “Portugal não beneficiou das condições económicas, políticas e sociais que possibilitaram a expansão da rede de educação pré-escolar na maioria dos países da Europa:

- A revolução industrial não teve um carácter explosivo. A industrialização foi sendo feita lentamente.
- A pouca mobilização da mão-de-obra feminina em consequência da fraca industrialização, implicou que fossem poucas as mulheres dos meios operários a terem necessidade de resolver o problema da guarda dos seus filhos⁹.

2. Mudança do papel desempenhado pelas mulheres na sociedade

Os papéis que as mulheres desempenham em determinada sociedade fazem parte de uma complexa lista de variáveis sociais, económicas, culturais e políticas.

No século XX, as mulheres estiveram profundamente preocupadas com a natureza da sua qualidade de membro de sociedade e com o valor dado à sua participação social¹⁰.

A divisão social do trabalho característica do Estado Novo era discriminativa em relação ao sexo, e tinha a sua máxima expressão no agregado familiar. A mulher deveria estar em casa a cuidar desta e dos filhos. Assim, a

⁵ FERNANDES, António Teixeira, “Dinâmicas familiares no mundo actual”, in Revista Análise Social, nº129, Quarta série, Vol. XXIX, 1994.

⁶ MILIARET, Gaston, “A Educação Pré-escolar no mundo”, Psicologia e pedagogia, Morais Editores, 1976.

⁷ CARDONA, Maria João, “Para a História da Educação de Infância em Portugal – discurso oficial (1834-1990)”, Colecção de Infância, Porto Editora, Porto, 1997.

⁸ PORTUGAL, Gabriela, “Considerações acerca do Alargamento da Formação Inicial dos Educadores de Infância a nível da Creche”, A Ciência Psicológica nos Sistemas de Formação, Secção de Psicologia da Educação, Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, in Actas Colóquio Nacional, 1998.

⁹ SILVA, M^a Isabel Lopes, “L'éducation pré-scolaire au Portugal”, 1999.

¹⁰ ARNOT, Madeleine, “Valores Feministas e Educação Democrática: Repensar a Igualdade e a Diferença”, in Revista Educação, sociedade & Cultura, nº5, 1996.

missão da mulher era dedicar-se à família e ser uma boa dona de casa, esposa e mãe¹¹.

A política social do Estado Novo procurou manter as mulheres em casa até à década de sessenta (devido à guerra no império colonial e a emigração), altura em que elas foram precisas para trabalhar fora de casa.

Na sequência da ideologia política do Estado Novo, a saída da educação de infância do sistema educativo implicou um grande atraso no seu desenvolvimento e o início de uma evolução heterogénea e desordenada, cujas consequências ainda hoje sentimos. A educação foi um dos domínios onde os efeitos devastadores da ditadura mais se fizeram sentir e assumiram consequências mais graves para o futuro da sociedade portuguesa¹².

Contudo, o 25 de Abril trouxe consigo uma grande convulsão social.

O papel e a evolução da educação de infância estão intimamente ligados à evolução do papel social das mulheres.

Apesar das mulheres das classes socio-económicas mais carenciadas já desde há muitos anos terem necessidade de sair de casa para trabalhar, gradualmente, a entrada no mundo de trabalho foi começando a generalizar-se a todas as classes sociais, provocando alterações sociais profundas no seio da vida familiar.

Para além do aumento do número de mulheres na vida profissional activa, nos anos 60 observa-se também o início de um grande processo de migração para as cidades das famílias que viviam nas aldeias¹³.

A saída da mulher de sua casa, ingressando no mundo do trabalho, foi um das molas, nas zonas urbanas, para a criação de áreas de educação infantil específicas. Nas zonas rurais, o trabalho feminino tem características diferentes, assim como a habitação, o que cria tipos de vida distinto e realidades diversas.

O trabalho feminino é uma mola para a criação de espaços de educação infantil, mas não é a única. Também as condições de vida, a escassez económica e alimentar tiveram o seu peso e todos recordamos as instituições assistenciais. Parece, aliás, ter sido esta uma das grandes forças da educação pré-escolar em Portugal. As instituições particulares de assistência foram o grande arranque no sentido da cobertura do país a nível da educação da segunda infância e só posteriormente da primeira.

O crescente interesse em serviços para a idade pré-escolar, que se tem vindo a verificar nos vários países da UE, deve-se em parte às mudanças socio-culturais, demográficas e culturais que têm vindo a ocorrer na Europa, a saber:

- alterações nas expectativas das mulheres e sua participação na comunidade social e económica.
- o aumento do emprego de mães de crianças muito jovens.
- mudanças na estrutura da família, particularmente o aumento do número de famílias monoparentais e a diminuição do número de crianças por família.
- mudanças na composição etária da população.
- provas crescentes de que a participação em programas pré-escolares influencia positivamente a posterior adaptação das crianças à escola e promove o sucesso escolar, particularmente para as crianças com necessidades educativas especiais.

¹¹ RODRIGUES, Julieta Almeida, "Continuidade e Mudança nos Papéis das Mulheres Portuguesas Urbanas – O aparecimento de novas estruturas familiares", Cadernos de Condição Feminina, nº40, Lisboa, 1995.

¹² AMÂNCIO, Lúcia, "Género e Educação no pós 25 de Abril", in Revista NOESIS, nº49, Janeiro/Março, 1999.

¹³ CARDONA, Maria João, "Para a História da Educação de Infância em Portugal – discurso oficial (1834-1990)", Colecção de Infância, Porto Editora, Porto, 1997.

3. Escola Infantil como serviço social às famílias

“Por tradição, a educação da primeira e da segunda infância tem estado a cargo de todos e de ninguém em especial: das famílias, das instituições particulares de carácter assistencial, das escolas privadas lucrativas ou não, das mães, das avós e, não tão raro como possa pensar-se, do irmão mais velho e da rua”¹⁴.

Poder-se-á dizer que as instituições de atendimento à infância tinham como finalidade primordial a assistência, justificada pelas alterações sociais produzidas pela industrialização, com esta, as mulheres deixam de dar atenção exclusiva ao lar para ocuparem outros lugares de trabalho e, por sua vez, as famílias deixaram de ser o único núcleo protector das crianças¹⁵.

Com as transformações sociais aceleradas na segunda metade do século XX: mais emprego feminino e emprego cada vez mais afastado de casa, maior consciencialização da condição feminina e do direito das mulheres à realização profissional, maior densidade urbana, maior competição profissional – e com os novos conhecimentos das Ciências de Educação sobre os benefícios da frequência da educação pré-escolar, deixa de ter sentido a possibilidade de perspectivar o atendimento às crianças de uma forma dicotómica: assistencial ou educativa¹⁶.

Nesse sentido, às preocupações com o atendimento às crianças juntam-se as preocupações com o atendimento às suas famílias, o que suscita a necessidade de criar diferentes contextos organizacionais que integram à partida aquelas duas vertentes, no sentido de dar resposta quer aos utentes-crianças quer aos utentes-pais.

Das funções atribuídas à educação de pré-escolar ressaltam pois dos seus contributos directos no desenvolvimento das crianças e no bem estar das famílias¹⁷.

É incontestável o aumento da participação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho. É evidente que esta maior adesão das mulheres à vida activa colocou na sociedade problemas novos, que não podem ser resolvidos apenas na esfera familiar¹⁸.

As infraestruturas de apoio às crianças não correspondem às necessidades existentes, a insuficiente cobertura existente acaba por ter repercussões sociais graves:

- Para além da alteração de mentalidades na partilha de responsabilidades familiares, são essenciais estruturas de apoio às crianças, que funcionem com qualidade, para contribuir para uma maior igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no acesso ao emprego, à participação política e social.
- Torna-se necessário, numa época onde o desenvolvimento técnico-científico é enorme, canalizar esses avanços para o bem estar das famílias, proporcionando a redução de horário de trabalho para mulheres e homens, de forma a que possa existir mais tempo para o convívio da família e para a participação social.
- A diversificação de tipos de serviços, que permitam livre escolha das famílias.

¹⁴ CORREIA, Isabel, “Educação Pré-Escolar”, Sistema Ensino em Portugal, F. C. G., Lisboa, 1981.

¹⁵ MAGALHÃES, Justino P., “Um contributo para a história da educação de infância em Portugal”, in Pinto e Sarmento, *As crianças – Contextos e Identidades*, Braga, 1997.

¹⁶ FORMOSINHO, João, “O contexto organizacional da expansão da educação pré-escolar”, in Revista Inovação, I.I.E., Lisboa, 1997.

¹⁷ “A Evolução do Sistema Educativo e o PRODEP”, Estudos Temáticos, Educação Pré-Escolar, Vol. II, Ministério da Educação, 1999.

¹⁸ “O Emprego das Mulheres e as Estruturas de Apoio às Crianças” – Organizações Não Governamentais – Do conselho Consultivo da Comissão Para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres, Lisboa, 1991.

- Tem que haver uma responsabilização, e disponibilidade de iniciativas da comunidade, das autarquias e principalmente, do Estado na expansão do ensino pré-escolar e na criação de redes de infra-estruturas de apoio à vida das famílias em particular das mulheres.

3.1 - Finalidade dos serviços de atendimento às crianças

Referimos o conceito de atendimento às crianças (ou cuidados infantis) atendendo a multiplicidade de contextos e serviços que prestam cuidados de guarda, sociais e educativos às crianças dos 0-6 anos. Dentro do atendimento à criança destacaremos a educação Pré-escolar (ou Educação de infância).

Podemos dizer que basicamente os contextos e serviços formais e informais de atendimento à criança têm as seguintes finalidades¹⁹:

- 1 GUARDA – Providenciar custódia segura das crianças enquanto os pais estão ausentes, corresponde à actividade comumente designada por “tomar conta das crianças”.
- 2 DESENVOLVIMENTO – proporcionar actividades e experiências intencionalmente educativas que promovam o seu desenvolvimento psicomotor, intelectual, afectivo, sociomoral.
- 3 SOCIALIZAÇÃO – proporcionar experiências de interacção social e estimulação interpessoal fora do contexto da família nuclear de modo a garantir a inserção sociocultural das crianças nos valores e nas normas sociais.
- 4 INSTRUÇÃO – preparação dos requisitos pré-académicos e académicos necessários para a entrada no primeiro ciclo e a criação de uma disposição para aprender.
- 5 APOIO SOCIAL – proporcionar às famílias carenciadas serviços socioeducativos que permitam o trabalho das mães fora de casa e a melhoria das suas condições sociais e das suas capacidades educativas²⁰.

A expansão da educação da criança em creches e jardins de Infância é um fenómeno recente em Portugal. Esta expansão está ligada a vários factores que caracterizam algumas mudanças verificadas nos últimos anos, especialmente através da Lei Quadro da Educação Pré-escolar (Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro), definiu este nível de ensino como a primeira etapa da educação básica, mas ao mesmo tempo como serviço social básico.

Em Portugal a Educação Pré-escolar é facultativa e não há orientações para a integrar num quadro de educação básica. A taxa de cobertura é a mais baixa da Europa Comunitária, existe um enorme fosso (compartimento estanque) entre a educação pré-escolar e o ensino básico do 1º ciclo. Há uma grande diversidade sociopedagógica e sociojurídica no atendimento à criança²¹.

A creche (infantário) é o contexto formal de atendimento para as crianças dos 0-3 anos e é assegurada sobretudo por entidades privadas. O jardim de infância é o contexto formal mais frequentado pelas crianças dos 3, 4 e 5 anos. Sob esta designação legal há diferentes modalidades pedagógicas de atendimento: centros de dia para infância, jardins de infância e escolas infantis.

¹⁹ Ver em anexos o quadro nº1 e quadro nº2.

²⁰ FORMOSINHO, João – A Educação Pré-escolar em Portugal, in revista *Perspectivar Educação* (Revista para Educadores), Nº2, Dezembro, Lisboa, 1995.

²¹ Idem

Considerações Finais:

A principal alteração social que afectou os cuidados a prestar à criança foi o aumento espectacular do número de mulheres que trabalham fora de casa, tornando-se o emprego materno o padrão mais comum na sociedade²².

A evolução do papel social das mulheres tem influenciado a evolução da educação de infância.

A causa primária e mais óbvia do trabalho feminino é a económica, ou mesmo o desejo de promoção, de manter um determinado nível de vida... mas existem outras razões: muitas mulheres consideram que mesmo que não tivessem necessidades financeiras continuariam a trabalhar. Muitas mães trabalham fora de casa porque procuram uma realização pessoal e profissional, porque gostam do seu trabalho da sua carreira.

As últimas décadas têm sido atravessadas por grandes transformações sociais na situação das mulheres, transformações que aliás, se enquadram nos processos estruturais de mudança global profunda de que tem sido palco a sociedade portuguesa²³. As mulheres e a família, em geral, são dos processos que são influenciados e influem nas transformações do tecido social, nos seus valores, representações e práticas.

Segundo Noronha a conceituação da pré-escola inclui inúmeras representações, dos 3 aos 6 anos, é nessa faixa de idade que biólogos, psicólogos, sociólogos, terapeutas, pedagogos e outros especialistas têm demonstrado a importância na formação da criança, pois é nos primeiros anos de vida que praticamente se forma o potencial motor, psicológico e social da criança²⁴.

Neste discurso sobre a educação pré-escolar não podemos deixar de referenciar o relatório da UNESCO que pretende "...sublinhar a importância da educação pré-escolar. Para além da iniciação à socialização que os centros e programas de educação pré-escolar facultam, verifica-se que as crianças que beneficiam deste tipo de educação têm uma disposição mais favorável em relação à escola e correm menos riscos de abandonar prematuramente do que as que não tiveram essa oportunidade. Uma escolarização iniciada cedo pode contribuir para a igualdade de oportunidades, ajudando a superar as dificuldades iniciais de pobreza, ou de um meio social ou cultural desfavorecido. Pode facilitar, consideravelmente, a integração social de crianças vindas de famílias de imigrantes, ou de minorias culturais ou linguísticas.

Além disso, a existência de estruturas educativas que acolham as crianças em idade pré-escolar está, ainda, muito pouco desenvolvida na maior parte dos países do mundo, e embora nos países altamente industrializados a maior parte das crianças frequentam o ensino pré-primário, também aí há muito progresso a fazer neste campo. O facto de um serviço comunitário polivalente se encarregar de solucionar as necessidades ligadas ao desenvolvimento da criança permite pôr em prática programas muito pouco dispendiosos. A educação pré-escolar pode, assim ser integrada em programas de educação comunitária destinados aos pais, em especial nos países em desenvolvimento, onde os estabelecimentos de educação pré-escolar, muito caros, são acessíveis apenas a privilegiados. Esperemos que se iniciem, ou continuem, os esforços para multiplicar, um pouco por todo mundo, as possibilidades de aprendizagem oferecidas à primeira infância

²² Apresentando Portugal o índice mais elevado de emprego materno na União Europeia – OCDE, 1993.

²³ "Indicadores para a igualdade – uma proposta inadiável", Cadernos de Condição Feminina nº47, CIDM, Lisboa, 1997.

²⁴ NORONHA, Rache, "O Escolar e o Pré-Escola, contribuições, a sua trajectória histórica", in Revista Educação, Faculdade de Educação, PUC, Campinas.

no quadro do movimento que pretende fazer da educação básica universal uma realidade”²⁵.

BIBLIOGRAFIA

“A Evolução do Sistema Educativo e o PRODEP”, Estudos temáticos, Educação pré-escolar, Vol.II, Ministério da Educação, 1999.

AMÂNCIO, Lígia, “Género e Educação no pós 25 de Abril”, in Revista NOESIS, nº49, Janeiro/Março, 1999.

ARNOT, Madeleine, “Valores Feministas e Educação Democrática: Repensar a Igualdade e a Diferença”, in Revista Educação Sociedade & Cultura, nº5, 1996.

BRONFENBRENNER, U., “The Origins of Alienation”, Scientific American, 1974.

CARDONA, M.^a João, “Para a História da Educação de Infância em Portugal – O Discurso Oficial (1834-1990)”, Coleção de Infância, Porto Editora, Porto, 1997.

CORREIA, Isabel, “Educação Pré-escolar”, Sistema Ensino em Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981.

“Educação, um tesouro a descobrir”, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI”, Coleção Perspectivas Actuais, Edições ASA, Lisboa, 1999.

FERNANDES, António Teixeira, “Dinâmicas familiares no mundo actual”, in Revista Análise Social, nº129, quarta série, vol. XXIX, 1994.

FORMOSINHO, João, “A educação pré-escolar em Portugal”, in Perspectivar Educação, Revista para Educadores, nº2, Dezembro, 1995.

FORMOSINHO, João, “O contexto organizacional da extensão da educação pré-escolar”, in Revista Inovação, I.I.E., Lisboa, 1997.

“Indicadores para a igualdade – uma proposta inadiável”, Cadernos Condição Feminina nº47, Lisboa, 1997.

MAGALHÃES, Justino P., “Um Contributo para a história de Educação de infância em Portugal”, in Pinto e Sarmento, As Crianças – Contextos e Identidades, Braga, 1997.

MILIARET, Gaston, “A educação pré-escolar”, Psicologia e Pedagogia, Moraes Editores, Lisboa, 1976.

NORONHA, Rache, “O Escolar e o Pré-Escola, contribuições, a sua trajectória histórica”, in Revista Educação, Faculdade de Educação, PUC, Campinas.

“O emprego das mulheres e as estruturas de apoio às crianças”, Organizações Não Governamentais, do Conselho Consultivo da Comissão para Igualdade e para Direitos das Mulheres, Lisboa, 1991.

PORTUGAL, Gabriela, “Família em que medida é responsável pelo desenvolvimento da criança”, in Revista ESES, nº2., 1990.

PORTUGAL, Gabriela, “Considerações acerca dos alargamento de formação inicial dos educadores de infância, a nível de creche”, A Ciência Psicológica nos Sistemas de Formação, Secção de Psicologia da Educação, Sociedade Portuguesa de Ciência de Educação, in Actas Colóquio Nacional, 1998.

²⁵ “Educação um tesouro a descobrir”, Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, Coleção Perspectivas Actuais, Edições ASA, Lisboa, Dezembro 1999.

“Programa de Formação de Educadores”, Psicologia Infantil, vol.II – A segunda infância, Liarte Editora.

RODRIGUES, Julieta Almeida, “Continuidade e Mudança nos Papéis das Mulheres Portuguesas Urbanas – O aparecimento de novas estruturas familiares”, Comissão Condição Feminina, nº40, Lisboa, 1995.